

## SOBRE JUÍZES, SACERDOTES, REIS E... PROFETAS

Euclides Martins Balancin

Os cinqüenta e cinco capítulos que atualmente compõem os assim chamados Livros de Samuel nos colocam dentro do grande drama da passagem de Israel para a era pós-confederada, do sistema tribal para a monarquia.

As muitas informações familiares sobre as principais personagens (Samuel, Saul, Davi) se entrecruzam com a difícil construção de um regime que “acontece em todas as nações” e que virá se sobrepor à anterior e grande tentativa idealista de se estabelecer uma estrutura social diferente das outras nações, de criar a singularidade de uma sociedade minimalista.

Estamos “na junção de duas histórias, de duas épocas totalmente diferentes, a que começa e a que termina... duas épocas que, durante um tempo, necessariamente se cruzaram...”<sup>1</sup>. E os livros (o livro?) de Samuel nos colocam nessa encruzilhada.

Tal situação já nos traz à cabeça algumas perguntas preliminares: a passagem da época dos juízes para a monarquia é o amadurecimento necessário na vida de Israel e de seus principais agentes a fim de construir uma nação, saindo da “inocência” e da “pureza” idealista, isto é, trata-se de “cair na real”?<sup>2</sup> Ou é a investida decisiva de uma elite que pretende estabelecer as regras todas, visando os próprios interesses e a manutenção perene do poder? Ou nem uma coisa nem outra, mas os caminhos históricos imprevisíveis de um povo pressionado religiosa, política, econômica e militarmente e cuja rota amarga tomada deveria ser repensada? Nessa passagem, o que existia antes deve ser totalmente substituído, pois não seria mais construtor de sentido, ou deve permanecer ainda aí como crítica contínua, fornecendo fundamental e necessário discernimento para a nova fase?

É evidente que, neste artigo, não temos nenhuma pretensão de solucionar tais questões abertas, mas apenas sondar panoramicamente este texto bíblico complexo, a fim de tentar encontrar algumas luzes, bruxoleantes que sejam.

De fato, a maioria das pessoas que entram em contato com a Bíblia para nela buscar esperança para a própria vida, esperança essa provinda da fé na Palavra de Deus, talvez até hoje ainda não tenha notado a complexidade com que os exegetas, os estudiosos da Bíblia, envolveram as narrativas contidas nos assim chamados Primeiro e Segundo Livros de Samuel (1-2Sm).

1. GIBERT, P. *A Bíblia na origem da história*. S. Paulo: Ed. Paulinas, 1986, p. 5.

2. ROSENBERG, J. *I e II Samuel*. In: ALTER, R.-KERMONDE, F. *Guia literário da Bíblia*. S. Paulo: Ed. Unesp, 1997, p. 140.

Para começar, perguntam: Será que são mesmo “livros”? E se forem, trata-se de dois ou de um livro só? Todas as nossas Bíblias, inclusive a Bíblia Hebraica, nos apresentam dois livros de Samuel. Essa divisão em duas partes não é, porém, original, pois compunha-se de um “rolo” único. Provavelmente, tal divisão feita pela LXX tem caráter unicamente prático, facilitando o leitor, fazendo a mesma coisa com Reis (1-2Rs). Todo esse conjunto era chamado antes de “Livros dos Reinos” [ou Livros dos Reis, segundo a tradução latina], sendo que os livros de Samuel corresponderiam ao 1º e 2º Livro dos Reinos<sup>3</sup>.

As opiniões divergem a respeito de como os livros de Samuel se encaixam dentro dessa obra maior. Essas narrativas aí contidas têm ligação como o que vem antes (livros de Josué, Juízes) e com o que vem depois (livros dos Reis)? Segundo eles, os escritos que chamamos agora de 1–2Sm fazem parte de uma obra bem mais extensa, onde diversas tradições aí foram englobadas, formando um conjunto que vai desde Josué até 2º Reis, que se costuma apelidar de História Deuteronomista (HD)<sup>4</sup>.

Neste artigo, embora levando em consideração essa inserção de 1–2Sm na grande obra deuteronomista, nos deteremos no exame dos livros (ou do livro?) de Samuel.

Vamos procurar dar uma unidade a 1–2Sm e descobrir elementos domésticos, sociais, políticos, ideológicos e teológicos aí presentes.

As questões levantadas inicialmente nos levam a tentar estruturar as narrativas que aí encontramos.

1. Uma primeira coisa que podemos perceber é que o assunto que encontramos em 1Sm 1–7 apresenta-se como uma seqüência bem clara das narrativas encontradas no livro dos Juízes e, de fato, 1Sm 7 seria uma bela e solene conclusão para esse período da “história” de Israel<sup>5</sup>. São narrativas sobre o período dos juízes, tendo como protagonistas Eli e seus filhos e, depois, Samuel. Entretanto, observamos que esse conjunto constrói uma ponte, ou seja, a passagem da época dos juízes para o início de uma outra instituição, a monarquia em Israel. Podemos, então, dizer que estes sete primeiros capítulos formam sim um todo, constituindo a primeira unidade dos livros (do livro?) de Samuel. De fato, notamos que tudo gira em torno do santuário de Silo, onde permanecia a Arca da aliança. E, embora não esteja presente nos capítulos 4–6, Samuel reaparece no capítulo 7 formando assim uma inclusão, ou seja, uma “figura literário-teológica que consiste em incluir um relato ou um livro inteiro dentro de um motivo que se repete no princípio e no final”<sup>6</sup>.

Temos então uma primeira unidade, 1Sm 1–7, onde vamos encontrar as “histórias” da infância de Samuel (1–3), da arca (4–6) e de Samuel como juiz (7,6.15.17). Tal-

3. LAMADRID, G. A. e outros. *Introdução ao estudo da Bíblia*. S. Paulo, Ed. Ave Maria, 2004, vol. 3B, p. 105.

4. Quanto a esta última questão, este número da revista “Estudos Bíblicos” fornece informações mais detalhadas nos artigos de Johan Konings sobre a denominada História Deuteronomista e de Airton José Silva, que aborda o período histórico desse conjunto.

5. Cf. ROSENBERG, J. *I e II Samuel*. In: op. cit., p. 136.

6. LAMADRID, G. A. e outros, *op. cit.*, volume 3B, p.107.

vez essas três subunidades fossem independentes num primeiro momento e depois aqui inseridas e entrelaçadas pelo editor. Essas tradições, com muita probabilidade, são do Norte, pois todas as localidades e todos os santuários aí relatados praticamente pertencem às tribos do Norte. Alexander Rofé fala em tradição “efraimita”<sup>7</sup>.

2. Na seqüência (1Sm 8–15), a relação de Samuel passa a ser com outro personagem: Saul. Aqui começa a se desenrolar as narrativas sobre os inícios da monarquia.

Interessante notar que, como introdução à questão da realeza, o texto bíblico nos traz uma versão *anti-monárquica* (capítulo 8). Ao pedir um rei, mais do que um ideal, os anciãos buscam junto a Samuel uma solução prática para o esboroamento da confederação. O desfazer-se do modo de vida tribal confederado é sutilmente mostrado quando o texto aborda a corrupção interna, ao falar dos dois filhos do sacerdote Eli, que aceitam suborno e praticam a injustiça como juízes em Bersabéia.

Por outro lado, a aceitação do novo regime traz sérios problemas administrativos, políticos, sociais, econômicos e inclusive teológicos. O texto fala não somente da reação negativa de Samuel, mas também de Javé. E o motivo é o seguinte: “não querem mais que eu reine sobre eles” (8,7). Ou seja: a visão teocrática de sociedade, tendo unicamente Deus como seu rei, é posta em xeque. Para essa mudança drástica se faz necessária a elaboração de uma nova concepção teológica: qual será a função de Javé dentro da história do povo de Israel? E a do rei que for entronizado?

Mas não é só. A apresentação do “direito do rei” (8,9-18) aponta as outras implicações, que levam a um tipo de escravidão do qual foram tirados pelo próprio Javé (8,8).

Na insistência geral para aprovação da realeza surge um novo motivo: “nosso rei nos governará, *irá à nossa frente para comandar nossas guerras*” (8,20). Além dos problemas internos, aqui vem à tona a necessidade de um exército permanente para enfrentar os inimigos externos.

A busca de um caminho institucional, além de revelar uma crise teológica e ética, também mostra a crise política: “Na expressão repetida mais de uma vez ‘seremos como todas as nações’ há, além da expressa renúncia à particularidade e ao caráter diferenciador de sua relação com Deus, um sintoma do alcance dessa decisão política, o que chamamos em termos mais modernos de ‘colonização da mente’” (Néstor O. Míguez).

O capítulo 8 deixa transparecer os males de um governo monárquico, mas também a irreversibilidade da nova escolha: “estabeleça um rei para eles” (8,22).

Esta versão negativa a respeito da monarquia nos relembra outra passagem bíblica, também inserida na História deuteronomista, quando “as árvores se puseram a caminho para ungir um rei, que reinasse sobre elas”<sup>8</sup>.

7. In: KNOPPERS, G.-McCONVILLE, J.G. *Reconsidering Israel and Judah. Recent Studies on the Deuteronomistic History*. Winona Lake (Indiana), Eisenbrauns, p. 240s.

8. Quanto a esta fábula, cf. BALANCIN, E. M. *A oliveira, a figueira, a videira e o espinheiro (Jz 9,8-15)*. In: *Estudos Bíblicos* 78 [2003], p. 11-17.

No capítulo 9 nos é apresentada a nova personagem que fará a transição: Saul, um benjaminita, já com características positivas: “jovem, de boa aparência... imponente...” (v. 2).

A questão agora me parece ser a seguinte: estabelecida a monarquia, o rei deverá se submeter ao profeta ou não? De fato, Samuel aparece como homem de Deus, profeta, vidente (9,6-10), capaz de “orientar sobre o caminho que devemos seguir” (v. 6; cf. v. 8). Em seguida (9,11-13), é também o profeta que abençoa e legitima o sacrifício de comunhão. É também ele o encarregado por Deus para legitimar o “chefe [*nagid*] do povo de Israel” (9,14-17) e para comunicar-lhe a palavra de Deus (9,27). Contudo, as responsabilidades do poder político e militar são inteiramente do “chefe” [*nagid*]: “Você governará o povo e o libertará dos inimigos vizinhos” (10,1). Ao mesmo tempo em que mostra a importância do chefe (Saul tem lugar de honra e partilha do sacrifício de comunhão ao lado de Samuel – 9,18-26), deixa bem claro que ele não pode agir simplesmente por conta própria e a função que agora lhe é atribuída é concessão de Javé e será exercida com dignidade somente se ele ouvir “a palavra de Deus” transmitida pelo profeta. Há, portanto, divisão de funções a serem respeitadas. Esta versão pró-monarquia faz também questão de ressaltar os limites do rei. Não lhe é concedido o poder de rei “como nas outras nações”, pois lhe são impostas limitações já a partir do título: *nagid* e não *melek*.

Na versão de Saul ser escolhido por *unção* (10,1-16) realizada por Samuel, é colocada uma questão proverbial: “Também Saul entre os profetas?” (v. 11 e 12). O texto parece contraditório: ao mesmo tempo em que Samuel diz que Saul pode fazer o que achar melhor (v. 7), continua dando-lhe instruções sobre o que fazer (v. 8). Como a questão sobre a realeza permanece em suspense (v. 16), espera-se uma nova atitude de Samuel, que acontecerá em 10,17-25, onde a escolha de Saul se faz por sorteio, dando continuidade à versão anti-monárquica e ressaltando principalmente as consequências teológicas desta decisão: “Hoje vocês rejeitaram o Deus de vocês...” (10,19). E, novamente, o “direito do rei” é explicado ao povo e, agora, colocado por escrito diante de Javé como testemunho (10,23). Ou seja, as orientações e a última palavra ao povo continuam sendo do profeta: “E Saul se calava” (10,27). Ele chegou a fazer a experiência profética, sentindo a presença forte de Javé. Agora, tal presença deverá ser respeitada na outra função que exercerá como chefe do povo. Os v. 1-12 do capítulo 11 comprovam sua capacidade de guerreiro e líder carismático. Somente dentro desses direitos, deveres e limitações, dá-se por inaugurada a realeza em Israel através de um outro tipo de escolha: a proclamação geral.

O capítulo 12 vai mostrar a prestação de contas de Samuel e a substituição definitiva do juizado pela monarquia. São destacadas a fidelidade de Samuel em sua função (v. 1-5) e a de Javé na história da formação de Israel e a infidelidade do povo (v. 6-25). Nesta parte, o esquema próprio do deuteronomista aparece bem claro: Javé deu a terra; esqueceram-se de Javé (pecaram); Javé castigou; clamaram a Javé; Javé perdoou (nova libertação); esqueceram-se novamente de Javé.

Dentro desses parâmetros, Saul começa a governar (capítulo 13). Inicia-se uma das difíceis funções que o rei tem que enfrentar: defender o povo de inimigos externos.

Estamos agora diante de outro problema, que conhecemos bem: monopólio tecnológico, para manter a superioridade bélica: “Não havia ferreiro em parte alguma da terra de Israel, porque os filisteus haviam dito: ‘Importa impedir que os hebreus fabriquem espadas ou lanças’”. Sem o domínio da tecnologia do ferro, a dependência dos filisteus é marcante, pois deviam recorrer aos inimigos até para amolar seus instrumentos agrícolas. E pagando para isso (v. 19-21). E sem os devidos instrumentos de guerra para enfrentar em pé de igualdade os adversários (v. 22)<sup>9</sup>. Isso provoca outro empecilho tremendo: o medo, causando fuga e dispersão (v.6-8). O texto faz questão de salientar novamente Saul ultrapassando seus poderes e querendo assumir funções do profeta Samuel (v. 9).

O capítulo 14 salienta a figura de Jônatas, filho de Saul, que traz em pauta de novo a realeza de Javé e, conseqüentemente, a questão da guerra santa. Esses elementos, dizer quase mágicos, que o redator salienta, quer exatamente preservar o caráter crítico ao poder do rei. Tanto assim que é, a partir daí, que Saul começa a perder sua dignidade, com atos de desobediência (feitiçaria) e de obstinação (idolatria) e assim ser rejeitado por Javé como rei. O confronto entre o profeta Samuel e o rei Saul chega ao seu ápice: “Javé arrancou hoje de você o reinado sobre Israel e o deu ao seu próximo, que é melhor do que você” (15,28).

3. Agora entramos numa outra parte que costuma levar o título de “*ascensão de Davi ao trono*” (1Sm 16–2Sm 9), ou seja, aparece em cena outra personagem: Davi<sup>10</sup>. O seu aparecimento se dá muitas vezes de maneira estranha, sem pertencer à descendência e nem mesmo à tribo de Saul. O autor bíblico procura fornecer dados para dissipar acusações políticas, possíveis ou concretas, contra Davi. Principalmente, três: conspirou contra o rei Saul, passou para o lado dos inimigos filisteus e foi o causador do desaparecimento da casa de Saul. O autor responde à primeira acusação em três níveis. Em nível histórico: Davi nunca atentou contra o Ungido (1Sm 24 e 26); não interveio na batalha de Gelboé, nem se alegrou com a morte de Saul e de Jônatas e mandou matar o suspeito da morte de Saul (2Sm 1). Em nível psicológico: a rivalidade foi provocada pela inveja de Saul, que é desequilibrado, vingativo (1Sm 18,8-16; 1Sm 22,17-19), covarde, não enfrentando Golias. Por outro lado, Davi é valente, humilde, confia em Deus (1Sm 18,23), é querido pelo povo e até pelos filhos de Saul. Está sempre disposto a perdoar. Segundo o autor bíblico, respondendo em nível teológico, Davi se tornou rei não por conspirar contra Saul, mas porque foi escolhido por Deus. Então quem conspirou contra Saul foi Deus, pois este não obedeceu às suas ordens, e não Davi. Talvez aqui possamos ver por parte do autor bíblico a concepção de realeza popular oposta à realeza oficial, burocrática.

A segunda acusação é séria e o autor bíblico não pode negá-la. De fato, Davi se pôs a serviço de Aquis, rei de Gat. Então, ele procura provar que, de fato, Davi sempre foi adversário dos filisteus, se refugiou na Filistéia para escapar de Saul que o perseguia (1Sm 21,11-16; 27,1-12) e lá fingia que os servia, mas os estava enganando (1Sm

9. MÍGUEZ, N. O. *Crise do Povo de Deus nos tempos bíblicos. Lições para hoje?* In: *Concilium* [2005], p. 366-368.

10. Para o que segue, cf. SICRE, J. L. *Introducción al Antiguo Testamento II. La Historia Deuteronomista*.

27,7-10). Tanto é verdade, que Davi não participou da batalha decisiva porque os filisteus não confiavam nele (1Sm 30).

A terceira acusação é que tanto o general Abner como Isbaal, filho de Saul, morreram em circunstâncias estranhas e, se eles tivessem sobrevivido, Davi jamais teria chegado a ser rei de Israel. E, mais ainda, uma tradição atribui a Davi a morte de sete descendentes de Saul (2Sm 21,1-14). A prova apresentada para mostrar que Davi não conspirou contra a casa de Saul é que ele não teve a pretensão de ser rei de Israel, mas foram os próprios israelitas que vieram lhe oferecer o trono (2Sm 5,1-5).

Se tais provas conseguem salvar Davi de toda suspeita é difícil dizer. De fato, tal defesa provavelmente se deu devido a objeções correntes sobre a dinastia davídica pelas tribos do Norte e elaborada no Sul, talvez já levantada no tempo de Salomão e, posteriormente reelaborada pelo redator deuteronomista no tempo de Josias, para manter o idealismo da idade de ouro davídica e, ideologicamente, sustentar a política de reunificação pretendida por Josias, como novo Davi.

É dentro desse contexto que está inserida a promessa feita a Davi (2Sm 7,1-17) de uma dinastia contínua, de longa duração, segundo o hebraico *'ad 'ôlam*, que não inclui de maneira alguma a idéia de eternidade. Talvez essa idéia da promessa de longa duração seja de caráter etiológico, isto é, explicando a continuidade da dinastia davídica por um período bastante longo constatado. É de se notar, contudo, que o autor bíblico faz questão de ressaltar mais uma vez a figura do profeta (agora, Natã) como o transmissor das promessas e determinações divinas.

O caráter messiânico que vai adquirir parece mais centrado na figura de Davi do que na monarquia em si, pretendendo com isso valorizar temas messiânicos de direito-justiça e paz-prosperidade, cuja idealização será encontrada em Is 9,1-6; 11,1-5 e outros profetas como o Segundo-Miquéias, Jeremias, Ezequiel, Ageu e Zacarias.

O redator deuteronomista também faz questão de destacar a cidade de Jerusalém como centro político (2Sm 5,6-12) e religioso (2Sm 6,1-23) do reino unido, mais uma vez justificando o projeto de Josias de centralização política e religiosa.

4. O outro bloco (2Sm 10–20 + 1Rs 1–2) trata da corte de Davi e da sua *sucessão ao trono*. É de caráter bastante antigo e provavelmente supõe testemunhas oculares. O que se pretende ao narrar a história da corte de Davi?

São quatro as interpretações mais recorrentes: a) mostrar o caráter e as motivações pessoais de alguns autores principais, sendo que os aspectos públicos ou políticos da vida do rei ficam em segundo lugar; b) fazer propaganda política, na tentativa de justificar e legitimar a sucessão de Salomão ao trono; c) elaborar uma sabedoria narrativa (como a de José) com o objetivo de inculcar virtudes: amizade, lealdade, paciência etc.; d) contando a ação recíproca e os conflitos de família, de interesses e forças políticas, dar entretenimento ao leitor<sup>11</sup>.

11. Cf. GOTTWALD, N.K. *Introdução sócio-literária à Bíblia Hebraica*. S. Paulo: Ed. Paulinas, 1988, p. 303.

Creio que tais interpretações não se excluem. De fato, há nessas narrativas, a todo momento, uma mescla do político dentro do doméstico, onde relações familiares se entremeiam com as atitudes públicas e oficiais do rei. A “história” do adultério de Davi com Betsabéia, mulher de Urias, sirva-nos de exemplo (2Sm 11). Toda uma série de pecados do rei, desde o adultério até a morte de Urias, provém do fato de ele deixar de ser chefe militar para querer ser “estadista”. Ele entra no jogo de “uma vasta rede de bisbilhoteiros, informantes e emissários que o assistem igualmente no amor e na guerra”<sup>12</sup>. A monarquia sedentária contra a qual Samuel investira é agora o solo fértil para atrocidades. E mais uma vez é necessária a intervenção profética para fazer com que o rei perceba a rede maléfica na qual entrou. Contudo, a terrível ambigüidade dos malefícios do poder já criou raízes que atingem a própria descendência, sinal da continuidade do poder dinástico. A sentença profética: “Mas, por ter ultrajado a Javé, com seu comportamento, o filho que você teve morrerá” (2Sm 12,14), faz lembrar a morte do primogênito do Faraó na narrativa da última praga (cf. Ex 12,29). E o profeta se afasta da presença do rei (2Sm 12,15; cf. Ex 10,6b).

Começa, então, a luta pela sucessão, que o nascimento de Salomão desencadeia com violência. As narrativas sobre as disputas entre Amnon e Absalão primeiramente (2Sm 13–14) e, depois, entre Adonias e Salomão (1Rs 1–2) mostram com crueza a luta fratricida entre os irmãos pela conquista do poder: Amnon é morto por Absalão (2Sm 13,19); Absalão pelo general Joab (2Sm 18,14); Adonias por ordem de Salomão (1Rs 2,25); o general Joab morto também por ordem de Salomão (1Rs 2,34); Amasa é morto traiçoeiramente por Joab (2Sm 20,10). E se o redator bíblico procurou desculpar Davi, agora não mais se preocupa com isso e deixa as “histórias” correrem naturalmente. E a questão fundamental nessa luta pela sucessão pelos filhos de Davi é como chegar ao trono afastando os demais pretendentes, procurando ter ao seu lado as pessoas mais influentes.

5. A última unidade (2Sm 21–24) interrompe a história da sucessão de Davi e deve ser considerada acréscimo posterior e, em geral, é considerada como apêndice. Aliás, são várias unidades, de início independentes, e é difícil para nós saber qual o propósito do autor bíblico aos incluí-las aqui.

2Sm 21,1-14: Uma grande carestia justifica talvez a intenção de Davi de se livrar dos descendentes de Saul. Este episódio ficaria melhor se estivesse junto com 2Sm 9.

2Sm 21,15-22: Aborda a guerra contra os filisteus, de forma um tanto folclórica e poderia ser encaixado depois de 5,17-25.

Em seguida, um texto em forma de salmo (2Sm 22,1-51), reproduzido com poucas diferenças pelo Salmo 18, ressaltando uma das funções da autoridade, que é libertar o povo de seus inimigos.

12. ROSENBERG, J. *I e II Samuel*. In: op.cit., p. 149.

O “oráculo” em 2Sm 23,1-7 salienta a outra função da autoridade, isto é, fazer que o povo possa viver segundo a justiça e o direito.

Este salmo e este oráculo nos fazem lembrar Dt 17,14-20, onde o rei não está acima das normas fundamentais que regem a vida do povo.

2Sm 23,8-39 nomeia os “valentes” de Davi, recordando o tempo em que este chefiava um grupo de descontentes (cf. 1Sm 22,1-5). Mesmo que Davi tenha continuado a manter um exército pessoal, o texto parece querer dizer que o rei não poderá esquecer o motivo principal de sua função: vida e liberdade para o povo.

Finalmente, 2Sm 24,1-25 reúne dois assuntos diferentes. 24,1-17, segundo o qual Davi manda realizar um recenseamento, que pode significar que o rei pretende ser dono do povo. Segundo o texto, o próprio Davi percebe isso: “Cometi um grande pecado!... cometi uma grande loucura” (v. 10). Mais uma vez, este episódio, onde aparece de novo um profeta, visa lembrar fatos que devem ser evitados para que a autoridade não se torne absoluta e idolátrica.

24,18-25 mostra Davi comprando o terreno, onde mais tarde Salomão vai construir o Templo. Talvez pretenda atribuir a Davi a fundação do culto a Javé em Jerusalém, que o primeiro livro das Crônicas vai ressaltar (1Cr 13-18).

## Refletindo

Após percorrer sucintamente (o possível dentro de um artigo) o livro (os livros?) de Samuel, vamos retornar às questões levantadas no início. Como dissemos, sem pretensão de repostas completas e muito menos definitivas.

1) Segundo hipóteses atuais, a redação final de Samuel foi elaborada pelo escritor(es) deuteronomista(s). E, parece, que a vertente mais influente dessa corrente se deu na época do rei Josias. Enaltece a figura de Davi e não necessariamente a monarquia como tal. A finalidade de tal propósito, entre outras, tem o seu caráter ideológico e político de defender e apoiar o rei Josias e a sua reforma político-religiosa.

2) Contudo, é possível notar nessas narrativas um fundo mais antigo e que reflete várias épocas: a do próprio Davi (tradição oral?) e de Salomão, do reino do Norte e do reino do Sul no séc. VII. Então, é evidente que aí encontramos posições até mesmo contraditórias a respeito das personagens e da monarquia.

3) Se a monarquia é vista como passagem histórica, acontecida, isto não quer dizer que tal passagem tenha sido um acontecimento tranqüilo ou considerado necessário. Assim se deu diante das circunstâncias, mas passível de críticas profundas.

4) Entra, então, a figura do *profeta*. Sua função junto ao povo de Israel é ressaltada principalmente na pessoa de Samuel. Se a monarquia é um fato consumado, os donos do poder permanecem sob a crítica severa e profunda dos profetas, que são a única e verdadeira expressão da vontade de Deus em momento de crise. A ambigüidade do

poder monárquico (e do poder como tal) é tão nefasta a ponto de ser também o berço do nascimento dessas personagens vigorosas que são os profetas, que preservam a todo custo a utopia da sociedade justa e fraterna.

Sem submissão a essa vigilância profética, a realidade, o “cair na real” conduz a ambigüidade do poder ao seu extremo, onde idolatrias, vinganças, assassinios, traições, fratricídios imperam e são considerados “normais”, justificados como “parte do processo”.

4) Ao preservar a autoridade do profeta, o autor bíblico reconhece essa ambigüidade e necessidade de contínua superação do estado conservador. Não é à toa que todos os profetas posteriores recorrem à “fé exodal”, à memória fundante da libertação como esteio de seus oráculos.

Finalizando, creio que os livros (o livro?) de Samuel preserva, como Palavra de Deus, a memória da sociedade justa, ciente de uma realidade presente e que também não pode ser negada. A Bíblia Hebraica tem razão ao passar a chamá-los de *Shemuel* (Samuel) e ao colocá-los dentro de um conjunto chamado “Profetas Anteriores”.

De fato, é provável que os segmentos da tradição em 1Sm 1 a 2Sm 5 foram juntados numa fonte pré-história deuteronomista, chamada pelos críticos de “História profética”, cuja finalidade seria exaltar a liderança profética acima da liderança régia: os reis são vistos com suspeita, mas tolerados desde que permaneçam sujeitos à eleição e à direção dos profetas. Assim Samuel é considerado como criador de reis, que escolhe e rejeita Saul, e nomeia Davi em seu lugar. A história deuteronomista (HD) introduziu passagens interpretativas e acréscimos para ligar a obra dos juízes à dos reis. Além disso, é interessante notar que em 2Rs 22,11-20, é uma profetisa que autentifica o livro e continua lançando seus oráculos.

### **A título de comparação**

“Certo dia, as árvores se puseram a caminho para ungir um rei que reinasse sobre elas...” (Jz 9,8). “Escolha para nós um rei, para que ele governe, como acontece em todas as nações” (1Sm 8,5).

“Então as árvores disseram ao espinheiro: ‘Venha você, e reine sobre nós!’” (Jz 9,14). “Assim como eles têm feito desde o dia em que os tirei do Egito até hoje abandonando-me e servindo outros deuses, a mesma coisa fizeram com você” (1Sm 8,8).

“Então o espinheiro respondeu às árvores: ‘Se vocês querem mesmo me ungir para reinar sobre vocês, venham e se abriguem debaixo da minha sombra. Senão, sairá fogo do espinheiro e devorará os cedros do Líbano’” (Jz 9,15). “Contudo, mostre com clareza e explique para eles o direito do rei que reinará sobre eles. Samuel transmitiu todas as palavras ao povo que lhe pedia um rei. E lhes disse: ‘Este é o direito do rei....’” (1Sm 8,9-18).

## **Bibliografia**

- EISFELDT, O. *The Old Testament. Na Introduction*. Oxford: Basil Blackwell, 1965, p. 268-281.
- GIBERT, P. *A Bíblia na origem da história*. S. Paulo: Ed. Paulinas, 1986.
- GOTTWALD, N. K. *Introdução sócio-literária à Bíblia hebraica*. S. Paulo: Ed. Paulinas, 1988, p. 293-304.
- KNOPPERS, G.N. – McCONVILLE, J. G. *Reconsidering Israel and Judah. Recent Studies on the Deuteronomistic History*. Winona Lake (Indiana): Eisenbrauns, 2000.
- LAMADRID, G. A. e outros. *Introdução ao estudo da Bíblia*. S. Paulo: Ed. Ave Maria, 2004, volume 3B, p. 103-144.
- ROSENBERG, J. *I e II Samuel*. In: ALTER, R.- KERMODE, F. *Guia literário da Bíblia*. S. Paulo: Ed. Unesp, 1997, p. 1135-159.
- SELLIN, E. – FOHRER, G. *Introdução ao Antigo Testamento*. S. Paulo: Ed. Paulinas, 1978, vol. I, pp. 303-320.
- STORNILO, I. – BALANCIN, E.M. *Como ler os livros de Samuel. A função da autoridade*. S. Paulo: Paulus, 2003, 3ª edição.
- TURRO, J. C. *1 – 2 Samuel*. In: *Comentario Bíblico “San Jeronimo”*. Madrid: Ed. Cristiandad, 1971, tomo I, p. 449-489.
- VIRGULIN, S. *1 – 2 Samuel*. In: BALLARINI, T. e outros. *Introdução à Bíblia*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1976, vol. II/2, p. 99-130.
- WHITELAM, K. W. *Realeza israelita. A ideologia régia e seus opositores*. In: CLEMENTS, R. E. *O mundo do antigo Israel*. S. Paulo: Paulus, 1995, pp. 119-138.
- WOLFF, H. W. *O Querigma da obra histórico-deuteronomista*. In: BRUEGGMANN, W. – WOLFF, H. W. *O dinamismo das tradições do Antigo Testamento*. S. Paulo: Ed. Paulinas, 1984, p. 99-120.

*Euclides Martins Balancin*  
Rua Leonora Bonjardim Monteiro, 147  
Jardim Colombo  
CEP: 15950-000 – Santa Adélia – SP  
e-mail: em.balancin@gmail.com